

2.7.

Projectos da Instituição

A maioria das ideias apresentadas ao longo desta publicação refere-se à componente pedagógica que as instituições de educação de infância, procurando sempre envolver as famílias, assumem no trabalho que realizam com as crianças.

De acordo com António Nóvoa (1992) podemos diferenciar as diferentes áreas de intervenção das instituições educativas:

- » a área pedagógica, que inclui as práticas de trabalho desenvolvidas pelos/as docentes com as crianças;
- » a área escolar, que inclui o trabalho com as famílias e com a comunidade;
- » a área profissional, que inclui o trabalho de (auto)formação que deve ser um contínuo, tanto para docentes como para auxiliares de acção educativa e outros técnicos que colaboram na escola.

É sobre esta última área que incide este capítulo, partindo do princípio que todas as sugestões de trabalho apresentadas são apenas um ponto de partida, que exige uma contínua reflexão e actualização dos/as educadores/as, de forma individual e em equipa.

O mesmo se poderá afirmar relativamente ao trabalho a realizar com os/as auxiliares de acção educativa e com os/as outros/as técnicos:

as práticas educativas não se esgotam na sala de actividades, nem na acção desenvolvida pelo/a educador/a. A formação de quem quer que trabalhe com as crianças nas questões relacionadas com o género e a cidadania é fundamental para uma melhoria da qualidade das práticas educativas.

E este trabalho deve obrigatoriamente começar por uma reflexão: como é que estas questões, individualmente, são vividas? Qual a atenção que é atribuída ao trabalho directamente relacionado com a aprendizagem das questões de género e cidadania por parte das crianças? Muitas vezes a nível do discurso é valorizada a necessidade de “incluir”, integrar a diversidade, mas na prática (e mesmo nos projectos de trabalho definidos) estas questões diluem-se. A área da formação pessoal e social definida nas orientações curriculares para a educação pré-escolar, sendo considerada como estando presente “em tudo” o que se faz, acaba por ser a área mais esquecida e também a mais difícil de trabalhar. Neste sentido, o género e a educação para a cidadania são frequentemente os grandes ausentes do trabalho realizado nos jardins-de-infância, pois a sua suposta transversalidade acaba por escamotear a sua verdadeira importância.

A agravar esta questão, não podemos deixar de considerar a existência de uma certa dificuldade de abertura das instituições destinadas às crianças pequenas no recrutamento de pessoal masculino. Esta questão traz algum enviesamento a um trabalho mais equilibrado sobre as questões de género e cidadania na educação de infância.

Durante muitos anos, ao contrário do que aconteceu nos outros níveis de ensino, o acesso à profissão de educador de infância estava vedado aos homens. Só nos últimos anos começaram a aparecer os primeiros homens na profissão. E tal como para muitas mulheres o acesso a profissões tradicionalmente masculinas não é fácil, o mesmo acontece frequentemente no acesso destes primeiros educadores do sexo masculino a esta profissão tradicionalmente feminina.

Mas a existência de mais educadores do sexo masculino nas instituições de educação de infância é fundamental na promoção de uma maior igualdade de género no trabalho com as crianças pequenas.

Neste sentido, é importante reflectir sobre o contributo de cada qual, enquanto agente educativo, para ultrapassar algumas limitações verificáveis nas instituições de educação de infância.

Qual a abertura à existência de profissionais de sexo masculino? Como é que estes são integrados?

Como é que o espaço institucional é promotor de práticas mais igualitárias?

Como é que a instituição acolhe as famílias?

Qual a atenção dada à preparação do pessoal auxiliar para o trabalho sobre as questões de género com as crianças? No contexto das instituições de educação de infância este

pessoal assume um papel fundamental ao nível da relação com as crianças, nomeadamente na responsabilidade (e responsabilização) que esta interacção acarreta em termos da transmissão e clarificação de valores. Por conseguinte, deve estar em consonância com o trabalho do/a educador/a, principalmente no âmbito da formação pessoal e social e da educação para a cidadania, evitando dissonâncias, disparidades e divergências em termos dos conteúdos comunicativos, comportamentais e atitudinais.

Como refere Isabel Alarcão, é importante compreender a escola como uma *“organização que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura e se confronta com o desenrolar da sua actividade num processo simultaneamente avaliativo e formativo”* (Alarcão, 2000:13).

Nesta linha, a mudança institucional sustenta-se na assumpção pelos/as docentes do poder e da responsabilidade, como profissionais que integram um processo colectivo amplo, que passa pelas relações que estabelecem com colegas e outros parceiros e parceiras que interferem na educação das crianças e na vida da instituição.

E, como é evidente, este trabalho começa na creche. E não se esgota no jardim de infância, continua na educação básica, sendo fundamental a forma como se processa a articulação com o 1º ciclo do ensino básico.